

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Leilão do pré-sal confirma acerto da nova regulação.....	2
Título: Conta de luz terá bandeira vermelha pelo quinto mês	3
Título: Último leilão de pré-sal do ano estrangeiras dominam a disputa	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Caso encerrado	7
Título: Sob Temer, estrangeiras assumem 6 das 13 áreas licitadas no pré-sal.....	8
Título: ‘Novo governo vai perceber a importância dos leilões’, diz executivo da americana Exxon	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Estatais seguem voláteis em meio ao atual cenário eleitoral.....	11
Título: Pré-sal atrai mais grupos estrangeiros.....	13
Título: Leilões recentes vão garantir R\$ 1,2 trilhão ao País em 35 anos.....	14
Título: Aneel mantém cobrança de tarifa extra na conta de luz em outubro	15
Título: Justiça do Trabalho suspende leilão da Cesp por 60 dias	16
Título: Biodiesel – desafios dos próximos dez anos	17
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	19
Título: Debate interdito I.....	19
Título: Leilão de blocos do pré-sal rende R\$ 6,8 bi	19
Título: Conta de luz continua cara	22

VEÍCULO: O Globo**Data: 29/09/2018****Seção: Editorial****Autor:****Título: Leilão do pré-sal confirma acerto da nova regulação**

Todas as áreas foram arrematadas, com um ágio médio de mais de 150%, sinal de interesse

O momento para a 5ª Rodada do leilão de áreas do pré-sal para exploração, realizado ontem, é atrativo. O petróleo voltou a subir no mercado internacional, chegando a US\$ 80, e pode alcançar os US\$ 100, o que significa ampliar as margens de lucro do setor. Assim, as quatro áreas leiloadas foram arrematadas e o bônus total pago pelas empresas chegou a R\$ 6,8 bilhões. O ágio médio, calculado em óleo, foi de 171%. E projeta-se em R\$ 180 bilhões o que as áreas gerarão em royalties, participações especiais e impostos durante os 35 anos dos contratos. Para confirmar o interesse da indústria, inscreveram-se para o certame 12 empresas, entre elas algumas das maiores do mundo — ExxonMobil, Chevron, Shell, incluindo as chinesas CNOOC e CNPC.

O êxito confirma o acerto das alterações feitas no modelo de partilha instituído pelo PT para o pré-sal, com fins estatizantes. O ideal era ter sido mantido o modelo de concessão, já testado e aprovado. Porém, como foi alterado para contratos de partilha — em que o óleo descoberto é do Estado —, ao menos ele foi melhorado, com o impeachment de Dilma e a chegada de Michel Temer. Foi depurado e perdeu excessos estatistas. A Petrobras deixou de ter o monopólio na operação e de ser obrigada a assumir uma participação mínima de 30% em todo consórcio. Ela mesma não desejava isso, pelas exigências financeiras a que se submeteria, bem como os riscos.

Mas passou a ter a prioridade na escolha de áreas para atuar como operadora. Ficou com uma, chamada de Tartaruga Verde. O fato de o leilão ocorrer a uma semana do primeiro turno ajuda a chamar a atenção de candidatos que, se eleitos, podem patrocinar retrocessos regulatórios. Ciro Gomes (PDT), por exemplo, já disse e repete que vai “retomar o pré-sal”. Fernando Haddad (PT), por sua vez, afirma que o presidente Michel Temer cometeu alegado crime de lesa-pátria ao dar o pré-sal às “multinacionais”. Sabe-se bem ao que leva esta linguagem nacionalista da década de 50. Foi este tipo de visão que consolidou a Petrobras como a maior importadora individual de petróleo durante os muitos anos de monopólio estatal.

O petróleo era “nosso”, mas continuava no fundo da terra. Foi preciso que a política do petróleo começasse a ser flexibilizada, por meio dos “contratos de risco”, com Ernesto Geisel na Presidência, apesar de seu nacionalismo, para que empresas estrangeiras pudessem vir explorar no país, junto com a Petrobras. A estatal pôde absorver tecnologia, e aumentar sua eficiência. Dessa forma, abriu-se a fronteira exploratória no mar. Outra lição é a do governo Lula/ Dilma: com o pré-sal, resolveu-se dar a conhecida guinada estatista, e o Brasil perdeu cinco anos sem fazer leilões. No período, o petróleo caiu de preço.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/09/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Conta de luz terá bandeira vermelha pelo quinto mês

Taxa extra será aplicada sobre o consumo de outubro. Seca prolongada afeta o nível dos reservatórios e a geração de energia

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que a bandeira tarifária a ser aplicada nas contas de luz no mês de outubro será a vermelha no patamar 2. Este será o quinto mês consecutivo em que os brasileiros pagarão a sobretaxa mais cara nas tarifas de energia. Em nota, a Aneel alertou que o acionamento seguido da bandeira vermelha no patamar elevado reforça a necessidade de “uso consciente e combate ao desperdício” de energia elétrica.

Apesar da queda no preço da energia no mercado de curto prazo, ainda não se vislumbrou melhoria no chamado risco hidrológico —quando a seca prolongada afeta o nível dos reservatórios das hidrelétricas e prejudica a geração de energia nas usinas—, informou a agência. Essas duas variáveis determinam a cor da bandeira a ser acionada na conta de luz.

O sistema de bandeiras foi criado para sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica. Elas se dividem nas cores verde (sem cobrança adicional), amarela (R\$ 1 a cada 100 kwh) e vermelha, que tem dois níveis: 1 (R\$ 3 a cada 100 kwh) e 2 (R\$ 5 a cada 100 kwh). Quando chove menos, por exemplo, os reservatórios das hidrelétricas ficam mais vazios, e é preciso acionar mais usinas termelétricas para garantir o suprimento de energia no país.

Nesse caso, a bandeira fica amarela ou vermelha, de acordo com o custo de operação das termelétricas acionadas. Especialistas avaliam que a bandeira vermelha no nível 2 deve permanecer até novembro, com possibilidade de ser estendida até dezembro, caso as chuvas não sejam suficientes para regularizar o nível de água nas barragens das hidrelétricas.

As contas de luz estão mais caras desde maio, quando foi acionada a bandeira amarela. Diante da falta de chuvas e dos custos maiores para gerar energia, a conta que reúne a arrecadação com o sistema está negativa. Segundo dados da Aneel, o déficit é de aproximadamente R\$ 1,85 bilhão.

O PESO DOS SUBSÍDIOS

A sobretaxa não é o único fator a pesar na conta. Os consumidores brasileiros já pagaram R\$ 70 bilhões de subsídios nas contas de luz de 2014 até agora. No início do mês, a Aneel aprovou um aumento de R\$ 1,9 bilhão nos encargos do setor. Com isso, só este ano a taxa embutida na tarifa passará de R\$ 16 bilhões para R\$ 17,9 bilhões. Será o maior valor anual pago em subsídios pelos brasileiros na conta de luz desde 2015. O principal motivo do aumento de subsídio este ano é a necessidade de custear as distribuidoras da Eletrobras no Norte e no Nordeste, que o governo tenta privatizar por acumularem prejuízos. Parte delas já foi leiloadas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 29/09/2018

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez e Bruno Rosa

Título: Último leilão de pré-sal do ano estrangeiras dominam a disputa

Governo levanta R\$ 6,8 bi. Shell e Exxon arrematam as áreas mais valiosas

A 5ª Rodada do pré-sal —último leilão de petróleo no governo Temer, uma semana antes das eleições —foi marcada pela disputa acirrada entre empresas estrangeiras e por uma participação tímida da Petrobras. Com todos os quatro blocos arrematados (dos quais três na Bacia de Santos e um na Bacia de Campos), o certame arrecadou R\$ 6,82 bilhões em bônus de assinatura, com um ágio médio de 170,58%.

Segundo executivos, diante da possibilidade de mudança de regras para o setor de petróleo no próximo governo, as petroleiras viram o leilão como uma oportunidade importante para abocanhar áreas no pré-sal. As áreas mais valiosas foram arrematadas por consórcios liderados por Shell e Exxon Mobil.

O leilão foi realizado no regime de partilha, no qual é vencedora a empresa que oferece a maior fatia de óleo-lucro (percentual de petróleo que será destinado à União após descontos de gastos com exploração e produção). O ágio ficou acima das expectativas, o que fez o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, elevar a previsão de arrecadação com royalties e

participações especiais de R\$ 180 bilhões para R\$240 bilhões durante o período de contrato, de 35 anos.

Os investimentos mínimos previstos na fase de exploração somam R\$ 1 bilhão. Os lances mais agressivos foram registrados na disputa pelo bloco de Saturno, na Bacia de Santos, considerado o de maior potencial petrolífero. Ele foi arrematado pelo consórcio formado pela anglo- holandesa Shell, que será operadora, e a americana Chevron.

As empresas ofereceram percentual de óleo-lucro de 70,2%, o que significa ágio de 300, 23% em relação à oferta mínima prevista no edital. A área foi disputada ainda pelo consórcio formado pela americana Exxon- Mobil e pela QPI, do Qatar.

RESPEITO AOS CONTRATOS

A Petrobras arrematou apenas o bloco de Sudoeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, oferecendo o percentual mínimo de 10,01% e sem concorrência. Segundo especialistas, a estatal já tem um amplo portfólio no pré-sal e só levou o bloco porque já é dona da área adjacente, batizada de Tartaruga Verde.

Para Oddone, com o resultado do leilão, o setor ganhou diversidade: — O sucesso (do leilão) mostra que (ele) não é mais dependente da Petrobras. Agora teremos seis operadoras no pré-sal. Se tiver uma crise novamente com a Petrobras, será apenas com uma empresa.

Criamos uma diversificação e pulverização de atividades, e isso dilui o risco. É uma garantia para a sociedade. O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Marcio Félix, lembrou que, anteriormente, se a Petrobras não entrasse na disputa, não havia leilão. E ressaltou que o cenário mudou: — Houve competição olímpica entre os diferentes operadores.

Podemos estar desacostumados com o fato de a Petrobras não ser protagonista. A advogada Adriana Lontra, do escritório Barbosa, Müssnich, Aragão, disse que o setor já esperava que a Petrobras mostrasse apetite reduzido em razão de sua grande carteira de projetos no pré-sal e na Bacia de Campos.

O presidente da Shell, André Araújo, disse que a empresa consolida sua participação no pré-sal. Com produção de 350 mil barris por dia no país, o executivo disse que a petroleira foi “para ganhar” e ressaltou que acredita na continuidade da agenda de leilões no país: — Já vivemos muita volatilidade no Brasil. É um país que respeita contratos.

E continuamos avançando em nossas propostas. Esperamos que o próximo governo continue entendendo o papel que a indústria tem e que mantenha as regras mais claras e com previsibilidade. A Exxon Mobil, que completou um ano de sua volta ao país, mostrou que seu projeto é fincar pé no pré-sal, ao disputar dois dos maiores blocos.

Arrematou a área de Titã, como operadora, em consórcio com a QPI, com ágio de 146,84%. Em um ano, a gigante americana arrematou participações em 26 blocos, incluindo o do leilão ontem. — Acreditamos no cronograma que a ANP está desenvolvendo, de licitações contínuas — afirmou a presidente da empresa, Carla Lacerda.

‘COLCHÃO DE ROYALTIES’

A BP arrematou o bloco de Pau-Brasil e será, pela primeira vez, operadora no país. — Vencemos com uma pequena margem, o que indica que as empresas precificaram corretamente. Temos tecnologia e expertise.

Vamos trazer isso ao Brasil — disse Felipe Arbelaez, presidente para América Latina da BP. Para Giovani Loss, especialista em petróleo e gás do escritório Mattos Filho, o resultado foi positivo, mas há apreensão quanto à continuidade da agenda de leilões: — Espero que o próximo governo perceba o sucesso desse modelo e dê continuidade.

O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, fez um balanço das iniciativas do governo para atrair investimentos ao setor e fez votos de que as regras permaneçam no próximo governo: — Temos que garantir transparência, segurança jurídica e previsibilidade para que toda essa riqueza sirva cada vez mais ao país.

Diante do resultado da disputa e do aumento da perspectiva de arrecadação, Oddone, da ANP, sugere usar os royalties para neutralizar a alta da cotação do petróleo no preço dos combustíveis. O barril está acima de US\$ 80, e o setor se queixa da indefinição para a política de preços do diesel após o fim do ano, quando acaba a previsão de subsídio.

Algumas distribuidoras já manifestaram receio de uma corrida aos postos no fim do ano. — A ANP sugeriu usar os royalties e as participações governamentais como colchão para neutralizar o aumento do preço do petróleo. A sugestão já foi enviada ao Ministério da Fazenda — destacou Oddone.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 29/09/2018**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Caso encerrado

A Petrobras chegou enfim a um acordo com as autoridades dos Estados Unidos para encerrar o maior litígio que ainda pesava sobre suas contas, relacionado às investigações de corrupção.

Pelo entendimento fechado com o Departamento de Justiça e a SEC (agência reguladora do mercado acionário americano), a estatal se comprometeu a pagar US\$ 853 milhões (R\$ 3,4 bilhões), dos quais 10% para cada um dos órgãos.

Os 80% restantes serão depositados em um fundo no Brasil para uso em ações sociais e no reforço dos controles internos e da transparência da atuação da empresa.

O acordo põe fim a todos os processos relacionados aos fatos descobertos pela Operação Lava Jato. Na prática, limita outras indenizações a US\$ 2,95 bilhões (R\$ 11,9 bilhões), quantia que a empresa já aceitou pagar a acionistas minoritários americanos em acordo para encerrar uma ação coletiva.

No ponto mais importante, que alongou as negociações e acabou prevalecendo, a Petrobras conseguiu sustentar ter sido vítima, e não participante, dos esquemas de desvios bilionários. Isso viabilizou exigências menos duras.

Não haverá, por exemplo, monitoramento do Departamento de Justiça dentro da empresa, ao contrário do que ocorreu em outros casos, como o da Odebrecht.

Além de condição necessária para que a Petrobras possa superar o estigma da corrupção desenfreada, o acordo elimina o risco de uma multa bilionária capaz de comprometer os esforços de saneamento financeiro ainda hoje em curso.

Nesse contexto, o custo para a captação de recursos deve continuar a cair. Embora a nota de crédito não vá necessariamente ser melhorada logo pelas agências de riscos, o caminho para a recuperação do selo de bom pagador sem dúvida está desobstruído.

Por fim, ao não assumir culpa nem a posição de beneficiária, que recaiu sobre ex-funcionários, ex-conselheiros, partidos políticos e fornecedores, a empresa evita que outros processos em que cobra ressarcimentos possam ser afetados.

Em relação ao episódio como um todo, entretanto, cabe uma ressalva. Ao contrário do que ocorreu nos EUA, nada foi feito aqui a respeito dos acionistas minoritários brasileiros, seja por falhas no ordenamento jurídico ou pela postura das autoridades — que não pressionaram a Petrobras ou a União.

A perspectiva de escrutínio mais firme das empresas é um importante fator dissuasivo contra má conduta e abuso de poder dos controladores, algo que faria bem ao mercado de capitais do país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Sob Temer, estrangeiras assumem 6 das 13 áreas licitadas no pré-sal

No governo Dilma Rousseff, modelo impedia protagonismo de empresa privada e dava liderança à Petrobras

Consórcios liderados por petroleiras estrangeiras levaram seis das 13 áreas do pré-sal oferecidas nas licitações realizadas ao longo do governo Michel Temer. O modelo difere do adotado na gestão de Dilma Rousseff, quando a lei em vigor garantia à Petrobras o comando das operações.

No último leilão de Temer, realizado nesta sexta (28), a estatal ficou com apenas uma das três áreas concedidas. O governo arrecadou R\$ 6,8 bilhões com bônus de assinatura dos contratos — 99% desse valor será pago por companhias estrangeiras.

Os contratos de partilha, que preveem a entrega de parte da produção de petróleo à União, foram criados em 2010 e garantiram à Petrobras participação mínima de 30% nos consórcios, além de exclusividade na operação dos projetos, limitando às estrangeiras o papel de sócios financeiros.

Em novembro de 2016, dois anos após o início da crise gerada pela queda do preço do petróleo e pelo esquema de corrupção da Operação Lava Jato, Temer sancionou lei revertendo a medida, sob o argumento de que a Petrobras não tem condições de bancar todos os investimentos necessários.

Desde setembro de 2017, o governo realizou quatro leilões do pré-sal, com a oferta de 13 áreas. Sozinha ou em consórcio, a Petrobras ficou como operadora em sete delas. Em uma, perdeu a disputa no leilão mas acabou exercendo o direito de preferência para liderar o consórcio vencedor.

Dois anos após a abertura, cinco empresas estrangeiras operam áreas do pré-sal. Quatro delas —a anglo-holandesa Shell, a americana Exxon, a norueguesa Equinor e a britânica BP, venceram leilões da ANP (Agência Nacional do Petróleo). A quinta é a francesa Total, que comprou operações da Petrobras na Bacia de Santos.

Para o governo, o maior número de operadores reduz a dependência brasileira de uma única empresa. “É uma garantia para a sociedade de que, independente do que aconteça com uma empresa, temos outras para continuar investindo”, disse o diretor-geral da ANP (Agência Nacional do Petróleo), Décio Oddone.

“No modelo anterior, se não houvesse interesse da Petrobras, não haveria leilão”, reforçou o secretário-executivo do MME (Ministério de Minas e Energia), Márcio Félix. Dilma licitou apenas uma área sob partilha da produção, em 2013. Só um consórcio, liderado pela Petrobras, compareceu ao leilão.

Embora conte com o apoio da atual gestão da estatal, a abertura do pré-sal a operadores estrangeiros é alvo de questionamentos na campanha eleitoral. “Os canalhas que nos governam estão levando algum para entregar as riquezas do povo”, disse na segunda (24) o candidato à Presidência pelo PDT, Ciro Gomes.

Seu programa prevê cancelar os leilões realizados por Temer. Segundo lugar nas pesquisas, o petista Fernando Haddad também fala em retomar a exclusividade da Petrobras na operação do pré-sal.

“A gente espera que o próximo governo continue entendendo o papel do setor de óleo e gás para o Brasil”, disse o presidente da Shell no país, André Araújo.

A empresa é a principal operadora do pré-sal em contratos de partilha: liderou consórcios que levaram três áreas nos leilões de Temer. Uma delas foi arrematada nesta sexta, em parceria com a americana Chevron.

As duas pagarão R\$ 3,125 bilhões para ter o direito de explorar a área de Saturno. Se descobrirem petróleo, entregarão ao governo 70,20% da produção, ágio de 300,23% em relação ao percentual mínimo. No leilão de partilha, vence o consórcio que se comprometer a dar mais óleo à União.

Consórcio formado pela Exxon e pela QPI, do Qatar, ficou com a área de Titã, que também teve bônus de R\$ 3,125 bilhão. Vão entregarão 23,49% da produção, ágio de 146,48%.

O leilão marcou a estreia da BP e da colombiana Ecopetrol no pré-sal. Em parceria com a chinesa CNOOC, ficaram com a área de Pau-Brasil, com bônus de R\$ 500 milhões e compromisso de entregar 24,82% da produção, ágio de 157,01%.

Sem disputa, a estatal levou a área de Sudoeste de Tartaruga Verde por R\$ 70 milhões e 10,01% da produção.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 29/09/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: 'Novo governo vai perceber a importância dos leilões', diz executivo da americana Exxon

ENTREVISTA

STEPHEN GREENLEE

Primeira operadora privada no pré-sal brasileiro, ainda antes da exclusividade da Petrobras, a americana Exxon deixou o país em 2012 depois de três perfurar três poços na região e não encontrar nada. No governo Temer, porém, se tornou a empresa com o maior número de blocos adquiridos: 26 ao todo, entre pós-sal e pré-sal. "Desta vez será diferente", disse à Folha o presidente global de Exploração e Produção da companhia, Stephen Greenlee.

A Exxon ficou cerca de cinco anos fora da exploração no país. O que fez a empresa voltar?

A realização dos leilões. Estávamos esperando oportunidades para entrar. Então, quando começaram os leilões, fizemos todas as análises técnicas e, no fim, estávamos prontos para fazer boas ofertas. Os leilões são um processo bem transparente, um tanto tensos, e estamos felizes com os resultados.

A Exxon contratará fornecedores brasileiros em suas operações?

Sim. O Brasil tem excelentes fornecedores. E podemos garantir isso porque estamos desenvolvendo um projeto na Guiana, para o qual já encomendamos 17 árvores de natal [equipamento de controla o fluxo de um poço] com um fornecedor brasileiro. E sabemos que vamos demandar muito mais para a fase dois do projeto. Além disso, outros componentes submarinos estão sendo fornecidos do Brasil. Meus colegas estiveram aqui analisando a capacidade dos estaleiros brasileiros, para vermos como podemos trabalhar com eles.

A abertura do pré-sal a estrangeiras é questionada por candidatos à Presidência. Como a Exxon avalia isso?

A Exxon não se envolve em política, mas posso dizer que as rodadas de licitação trouxeram um grande volume de investimentos ao Brasil. E a produção dessas reservas significa um grande volume de receitas para o Brasil. Acredito que, na medida em que avançarmos, o novo governo vai perceber o valor desse trabalho.

O pré-sal pode é competitivo em comparação à crescente indústria de produção de reservas não convencionais nos Estados Unidos?

Sim. É um tipo completamente diferente de investimento, mas os retornos são comparáveis aos melhores ativos não convencionais. Hoje não há nada melhor para trazer para o nosso portfólio do que essas reservas que o Brasil descobriu nos últimos anos. Por isso estamos tão empolgados.

O sr trabalhou no BM-S 22 [o bloco do pré-sal devolvido em 2012)?

Não, mas acompanhei de perto. Foi uma infelicidade, mas agora será diferente.

Foto-legenda

MANIFESTANTES FAZEM ATO CONTRA LEILÃO

Manifestantes protestaram na frente do Hotel Grand Hyatt, na Barra da Tijuca no Rio, contra a 5ª rodada de partilha de licitações de áreas do pré-sal; leilão foi realizado nesta sexta-feira (28)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Wagner Gomes

Título: Estatais seguem voláteis em meio ao atual cenário eleitoral

Broadcast de olho nas ações

As ações das estatais devem permanecer voláteis na próxima semana com a aproximação do primeiro turno das eleições. Até que se tenha clareza sobre o que pensa o próximo presidente da República em relação à privatização e à administração das companhias, os papéis devem ser acompanhados de perto pelos investidores.

“Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT), os dois candidatos líderes nas pesquisas, têm falado pouco dos seus planos para as empresas estatais, principalmente aquelas com ações negociadas em Bolsa.

Isso dificulta a construção de cenários de médio e longo prazos para essas empresas. Em função disso, o que podemos dizer é que as ações de estatais permanecerão voláteis, até que tenhamos a definição de quem será o próximo presidente”, diz Sergio Goldman, analista da Magliano Invest.

A Magliano incluiu na sua carteira da semana Itaúsa, Klabin e Taesa, mantendo Cemig e Ambev. Segundo a corretora, a elétrica pode se beneficiar do resultado da eleição para governador de Minas Gerais. Já Ambev deve ser impactada pelo resultado da eleição presidencial. Vitor Suzaki, da Lerosa Investimentos, afirma que nesse cenário polarizado, as estatais apresentam uma situação “binária”, de difícil compreensão.

“Isto porque de um lado Bolsonaro, através do seu vice, menciona a possibilidade de privatização, totalmente contrário ao histórico do candidato em seus mandatos, mais voltado ao Estado forte. Por outro lado temos Haddad com indicação, através dos quadros do PT, de controle de preços na Petrobrás, assim como contrário à qualquer privatização, possivelmente refletindo não somente nas estatais mas também em casos já anunciados, como da Embraer-Boeing e da Braskem-Lyondell”, diz.

Quanto à Eletrobrás, Suzaki lembra que as recentes melhorias realizadas tanto do lado operacional como explicitamente nos resultados financeiros advém da independência de Wilson Ferreira Jr. na companhia. “A questão do novo presidente fica não somente para o projeto de privatização, estacionado no Congresso, mas quanto à manutenção do atual CEO”, diz.

A Planner incluiu as ações do Itaú Unibanco e da Magazine Luiza. Mario Roberto Mariante, analista de investimentos, explica que o banco tem um bom dividendo mensal e deve apresentar um bom resultado financeiro antes da virada de outubro. Já sobre Magazine Luiza, o analista destaca que a varejista vem implementando mais tecnologias ao seu negócio e deve continuar mostrando bons resultados. A Guide incluiu Cemig, Itaú e Suzano no portfólio.

Itaú pode, segundo a corretora, se beneficiar de um fluxo positivo em renda variável. A elétrica foi incluída na expectativa de capturar ganhos com as próximas pesquisas eleitorais. A Socopa acrescentou EcoRodovias na carteira. “Vemos o papel negociando a 5 vezes o Ebitda estimado para os próximos 12 meses, com potencial de alta de 30%”, observa a corretora.

O Santander incluiu em sua recomendação os papéis da Lochpe-Maxion e o Ishare SP500, “que oferece a oportunidade de investimento no principal índice acionário mundial (o S&P 500) e exposição indireta às maiores companhias dos EUA”. Bradesco, por sua vez, recomenda Embraer, Itaú e Gerdau. Na carteira da Nova Futura Investimentos entraram Bradesco, CVC, Embraer e Cteep.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 29/09/2018****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes Denise Luna/ RIO****Título: Pré-sal atrai mais grupos estrangeiros**

Com novas regras, nove petroleiras estrangeiras arremataram blocos nos últimos leilões; no de ontem, ficaram com três dos quatro blocos

O último leilão de petróleo do governo Michel Temer, realizado ontem, foi marcado pelo avanço das petroleiras estrangeiras e por uma atuação tímida da Petrobrás, que levou um único bloco, sem competição e sem sócios. No último ano, nove companhias estrangeiras foram atraídas para dividir o pré-sal com a Petrobrás. Nesse período, o governo brasileiro realizou quatro leilões sob o regime de partilha, no qual o lucro é compartilhado com a União.

Nenhum outro governo realizou tantos leilões em tão curto intervalo de tempo. Foram seis ao todo, de pré e pós-sal, atendendo principalmente reivindicações das petroleiras estrangeiras, que ganharam um novo apetite pelo pré-sal brasileiro pela garantia legal de liderarem os projetos. No modelo anterior, a operação no pré-sal era uma exclusividade da Petrobrás, que perdeu a vantagem no fim de 2016, com a alteração da Lei da Partilha.

Ao contrário do que aconteceu nos leilões anteriores de pré-sal do governo Temer, a Petrobrás ontem quase não apareceu. Ela levou apenas o bloco Sudoeste de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos, localizada ao lado de outros reservatórios já operados pela estatal. O presidente da empresa, Ivan Monteiro, deixou o hotel onde o leilão foi realizado, na zona oeste do Rio, poucos minutos após o fim da concorrência, sem falar com a imprensa.

Em nota enviada ao mercado mais tarde, a Petrobrás se limitou a explicar que “atuou de forma seletiva”, alinhada aos fundamentos do seu Plano Estratégico, e “norteada por todo o seu conhecimento e experiência acumulados nas bacias onde os blocos foram licitados”.

Os destaques dessa vez foram para a anglo-holandesa Shell e a norte-americana ExxonMobil, que lideraram os consórcios responsáveis pelos maiores ágios, oferecidos pelos blocos mais nobres da 5.ª Rodada. Elas pagaram 300% de ágio por Saturno e 146% por Titã, respectivamente. Nesse modelo de leilão, de partilha, sai vencedor quem se compromete com o maior retorno à União, pago em petróleo, o lucro-óleo, que posteriormente é vendido ao mercado pela comercializadora do governo, a Pré-Sal Petróleo (PPSA).

Produção.

“Foi a primeira rodada de partilha com mais de um bloco em oferta a ter 100% das áreas arrematadas”, destacou o diretor-geral da ANP, Décio Oddone. Esse ganho, porém, só vai entrar nos cofres do governo quando a área já estiver produzindo. No curto prazo, é pago apenas o bônus de assinatura, predefinido no edital em R\$ 6,82 bilhões pelo conjunto das quatro áreas leiloadas.

“Estou muito feliz. O resultado reforça o interesse no Brasil e consolida de vez nossa participação no mercado”, afirmou o presidente da Shell no País, André Araujo. A ExxonMobil chegou a ficar sete anos longe das rodadas brasileiras. Voltou no ano passado, na 2.ª Rodada, e, desde então, tem sido presença frequente nos leilões.

“Estamos muito satisfeitos. Isso (área arrematada ontem) agrega ao nosso portfólio no Brasil”, disse a presidente da companhia no Brasil, Carla Lacerda. Outro destaque da concorrência foi a estreia da colombiana Ecopetrol no pré-sal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/09/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Leilões recentes vão garantir R\$ 1,2 trilhão ao País em 35 anos

Segundo cálculo da ANP, apenas com a licitação de ontem estão garantidos R\$ 235 bi aos cofres públicos

A série de leilões promovida pelo governo Temer no último ano projeta uma arrecadação de R\$ 1,2 trilhão para o País ao longo dos próximos 35 anos, período de duração dos contratos, sendo R\$ 235 bilhões apenas com a 5.ª Rodada de Partilha de Produção, realizada ontem. O cálculo é da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Os números, segundo as autoridades e empresários presentes, no leilão confirmam a necessidade de dar continuidade às vendas de áreas de petróleo e gás no País, que foram interrompidas por cinco anos no governo anterior e com isso represaram investimentos e pagamentos de tributos. “Temos de garantir transparência, segurança jurídica e previsibilidade para que toda essa riqueza sirva cada vez mais ao País”, avaliou **O Ministro De Minas E Energia, Moreira Franco**, que acompanhou no Rio as ofertas na manhã de ontem.

Os valores arrecadados pelos leilões só não foram maiores porque não foi possível realizar o maior de todos, da chamada cessão onerosa, um reservatório na bacia de Santos que pode conter 10 bilhões de barris de petróleo e ficou para ser leiloadado pelo próximo governo. Apenas esta venda poderá arrecadar mais de R\$ 100 bilhões para a União, segundo a ANP.

Para tentar garantir a continuidade da realização dos leilões de petróleo, às vésperas da mudança de governo, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) elaborou um cronograma de vendas de áreas de petróleo e gás até 2021, mas não há garantia que será realizado. Além de encher os cofres do governo, os leilões significam investimentos na economia.

No caso da 5.^a Rodada, devem ultrapassar o montante de US\$ 300 milhões em sete anos, destacou em nota a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Estado mais beneficiado pelas licitações da ANP. “Para o mercado, isso se reflete em contratações de sísmica, afretamento e operação de embarcações especiais e construção de poços, sendo que para cada área arrematada, no mínimo, um poço exploratório deve ser obrigatoriamente perfurado”, lembrou a entidade.

Contra.

O único contraponto ao clima de festa da indústria eram alguns manifestantes, em frente ao hotel onde o leilão era realizado. Eles tentaram, sem sucesso, chamar a atenção para o risco da exploração de petróleo no mar. De acordo com um dos participantes, Kretán Kaigang, da ONG 350.org, a exploração do petróleo é um convite à corrupção e uma tragédia ambiental.

“Temos de mostrar para a sociedade que esse leilão só é bom para as petroleiras”, afirmou. O grupo, de 20 pessoas, inflou um balão em forma do mapa do Brasil com uma tarja preta de luto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/09/2018

Seção: Economia

Autor: Anne Warth BRASÍLIA

Título: Aneel mantém cobrança de tarifa extra na conta de luz em outubro

Pelo quinto mês seguido, será cobrada dos consumidores uma taxa de R\$ 5 a cada 100 kWh utilizados

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem que as contas de luz vão continuar com a bandeira vermelha em seu segundo nível no mês de

outubro. Com a bandeira vermelha no nível dois no mês que vem, a tarifa continua com um adicional de R\$ 5,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Será o quinto mês seguido em que a bandeira vermelha em seu segundo nível vigora.

De janeiro a abril, vigorou a bandeira verde, significando que não há cobrança adicional nas contas. Em maio, foi adotada a bandeira amarela, que adicionava R\$ 1,00 a cada 100 kWh consumidos.

De acordo com a Aneel, a manutenção da bandeira vermelha nível 2 se deve às condições hidrológicas desfavoráveis e à redução no nível de armazenamento dos principais reservatórios das usinas hidrelétricas do País, efeito das chuvas mais fracas que o esperado para esse período.

Escala.

O sistema de bandeiras tarifárias leva em consideração o nível dos reservatórios das hidrelétricas e o preço da energia no mercado à vista. Na bandeira verde, não há cobrança de taxa extra. Na bandeira amarela, a taxa extra é de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. No primeiro nível da bandeira vermelha, o adicional é de R\$ 3,00 a cada 100 kWh. E no segundo nível da bandeira vermelha, a cobrança é de R\$ 5,00 a cada 100 kWh. O sistema indica o custo da energia gerada para possibilitar o uso consciente de eletricidade. Antes da adoção das bandeiras, o custo da energia era repassado às tarifas no reajuste anual de cada empresa, e tinha a incidência da taxa básica de juros. A Aneel deve anunciar a bandeira tarifária que vai vigorar em novembro no dia 26 de outubro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/09/2018

Seção: Economia

Autor: LUCIANA COLLET

Título: Justiça do Trabalho suspende leilão da Cesp por 60 dias

A Justiça do Trabalho concedeu uma liminar suspendendo por 60 dias o leilão de privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp).

A decisão, da juíza Liane Martins Casarin, da 16ª Vara do Trabalho de São Paulo, atendeu parcialmente a pedidos do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica de Campinas (STIEEC), que, por meio de ação civil pública, alegou que o processo de privatização não concedeu oportunidade de participação sindical e direito à informação, e não apresentou estudos a

respeito do impacto da privatização no âmbito socioeconômico, do ponto de vista trabalhista e ambiental.

A juíza e intimou a Cesp e a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, responsável pelo processo, para que se manifestarem no prazo de cinco dias sobre as alegações, tendo em vista que, “a princípio, não verifica este juízo elementos capazes de convencimento quanto às alegações da requerente, carecendo o feito de melhor dilação processual”.

Para o advogado do STIEEC Felipe Gomes da Silva Vasconcellos, a decisão é paradigmática do ponto de vista do direito do trabalhador, porque colocou no centro do debate sobre o processo de desestatização as discussões sobre a efetividade do direito social e trabalhista. Ele disse que o processo de privatização cria insegurança jurídica aos trabalhadores, por conta da mudança do controlador.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 29/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Daniel Amaral e André Nassar

Título: Biodiesel – desafios dos próximos dez anos

Completam-se em 2018 dez anos da mistura obrigatória de biodiesel no diesel comercial brasileiro no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Decorrido este tempo, cabe avaliar seus resultados, conquistas e desafios para a próxima década. Em 2008, as usinas brasileiras produziram 1,2 milhão de m3 de biodiesel.

Desde então, a oferta foi crescente, exceto em 2016, e para 2018 é projetado um volume de 5,3 milhões de m3. Regionalmente, destacam-se as Regiões Sul e Centro-Oeste, que têm abundância de matérias-primas, enquanto as demais, especialmente a Norte, ainda precisam superar barreiras para atingir seu grande potencial de produção.

A produção de biodiesel teve papel estratégico na oferta doméstica de diesel B. Em razão da importação de diesel no Brasil, que ainda hoje se situa na ordem de 20% do consumo, o biodiesel economizará, de 2008 até o fim de 2018, mais de US\$ 20 bilhões em divisas, permitindo o uso desses recursos para outras necessidades.

Do ponto de vista econômico e social, o aumento gradual da mistura obrigatória de 2%, originalmente, até os atuais 10% levou à retomada do processamento interno da soja para produção de farelo e óleo. Esse movimento trouxe consigo

a geração de milhares de empregos em toda a cadeia produtiva. A agricultura familiar, integrada via Selo Combustível Social, tem assegurada sua participação nas vendas de oleaginosas e de animais e prestação de assistência técnica ao produtor rural, essencial para o crescimento futuro da produtividade.

Importante mencionar que o aumento da produção de farelo ampliou a oferta de rações animais e, conseqüentemente, a capacidade de produção de proteínas animais. Quando se tem em conta que o biodiesel emite 70% menos Gases de Efeito Estufa (GEEs) que o diesel de origem fóssil, fica evidente que o produto atende aos três pilares da sustentabilidade.

Esse desempenho é ainda melhor quando se consideram o uso da intermodalidade, ou mesmo a produção a partir de resíduos, e o seu alinhamento aos compromissos nacionais de redução das emissões de GEEs. Os resíduos, por sua vez, são bens que tinham baixo valor econômico antes do PNPB. Por essa razão, seu descarte era feito inadequadamente no meio ambiente, o que gerava poluição e despesas com tratamento de águas e esgotos.

Todavia, seu alto conteúdo energético recebeu excelente destinação dentro do programa de biodiesel, porque passou a ser transformado em biocombustível de alta qualidade, e esse incentivo econômico equacionou também o problema ambiental. Ainda na questão ambiental, porém com enfoque na saúde pública, estudos comprovaram que o uso de biodiesel reduz também as emissões de poluentes nocivos, a exemplo dos hidrocarbonetos, do monóxido de carbono e dos materiais particulados.

Portanto, uma ação para reverter a baixa qualidade do ar nas grandes cidades é o uso imediato de 20% de biodiesel em frotas de ônibus urbanos, pois certamente isso aumentará a qualidade de vida e reduzirá as despesas com cuidados médicos. Se as conquistas foram grandes, os desafios são igualmente relevantes, e muito ainda deve ser feito para que o biodiesel brasileiro realize todo o seu potencial.

Para isso, trabalha-se pelo aumento da mistura obrigatória a 15% até 2023, conforme faculta a Lei Federal n.º 13.263; e a 20% até 2028. Com essa previsibilidade se desencadearão amplos investimentos em fábricas de esmagamento e usinas, além do crescimento da produção agropecuária. Nesse sentido, o setor trabalha em apoio e de forma alinhada ao Programa RenovaBio, que valoriza as externalidades ambientais dos biocombustíveis e incentiva o aumento da participação desses produtos na matriz de combustíveis.

Para o futuro, além da questão ambiental, se buscará também o reconhecimento das externalidades sociais e para a saúde pública, de forma que a sociedade possa se beneficiar de um combustível limpo e de qualidade.

RESPECTIVAMENTE, GERENTE DE ECONOMIA E PRESIDENTE EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ÓLEOS VEGETAIS (ABIOVE)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/09/2018

Seção: Política

Autor: Denise Rothemburg

Título: Debate interdito I

Até aqui, nenhum candidato a presidente disse o que fará para reduzir os impostos sobre os combustíveis, a energia elétrica e as telecomunicações, áreas que terminam por atingir toda a população. “Todos eles estão acima de 30% nos estados e 15% na União”, comentou **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**.

Debate interdito II

Moreira afirmou, em discurso para executivos da área de petróleo, que o brasileiro está “pagando a energia mais cara do mundo. Intolerável para o dia a dia das pessoas”. Nos bastidores, empresários simpáticos ao governo Temer comentavam que, se o presidente tivesse apostado na Reforma Tributária, em vez da Previdenciária, a história seria diferente

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 29/09/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Santa Rita

Título: Leilão de blocos do pré-sal rende R\$ 6,8 bi

O governo arrecadou ontem R\$ 6,82 bilhões com a licitação de quatro blocos de exploração de petróleo na área do pré-sal, nas bacias de Campos e de Santos. A expectativa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), é a de que, ao longo de 35 anos, o pagamento de royalties e participações especiais pelas empresas vencedoras alcance R\$ 235 bilhões. Ao

todo, 12 empresas concorreram aos lotes oferecidos, incluindo gigantes internacionais do setor, como Chevron, ExxonMobil, Shell, Total e CNOOC.

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, comemorou a atração de investidores privados para a operação da área no Brasil. “É uma garantia para a população de que, independentemente do que aconteça com qualquer empresa, temos seis operadoras no pré-sal”, observou. Oddone também afirmou que, em caso de nova crise na Petrobras, a presença de outras empresas impediria que o trabalho no pré-sal fosse interrompido.

A Petrobras ficou longe de ser a protagonista do leilão. Diferentemente do que ocorreu em outras licitações, a estatal adquiriu apenas o bloco Sudoeste de Tartaruga Verde (área menos cobiçada pelas empresas), sem concorrência. O consórcio formado por Shell e Chevron levou o bloco Saturno. Já as empresas ExxonMobil e QPI Brasil arremataram o bloco Titã. Por fim, o consórcio formado pela BP, Ecopetrol e CNOOC obteve o bloco Pau-Brasil.

Para o pesquisador e economista Felipe Queiroz, os leilões representam uma “entrega do pré-sal”. “É uma política neoliberal seguida pelo governo Temer. Antes, havia uma política de conteúdo local, de desenvolvimento da nossa economia”, criticou. De acordo com Queiroz, a política atual visa atender interesses do capital internacional. No entendimento de Queiroz, se a maior parte do pré-sal fosse explorada pela Petrobras, isso forçaria a cadeia produtiva a evoluir suas tecnologias de extração.

O economista da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo acredita que os leilões de áreas de exploração do pré-sal são uma boa saída para o Brasil. “Com a abertura para outras empresas, conseguimos fazer com que o pré-sal seja explorado. Sem recursos e investimentos, a Petrobras não conseguiria fazer isso”, analisou. “O pré-sal aparece como uma boa alternativa para o Brasil. Petróleo é chamado de ouro negro por uma razão. Ele é valioso e extraí-lo vai gerar emprego e permitir a elevação do patamar tecnológico do país com os investimentos”, ressaltou.

“Se você tem algo para explorar e não tem dinheiro, é preferível deixar a exploração acontecer e ser dono de uma parcela disso”, argumentou. Ele acredita, porém, que o ideal seria que o próprio Brasil pudesse explorar a área. “O ideal seria manter a exploração aqui, mas, infelizmente, não é possível”,

avaliou. Bergo lembra que se parte do princípio de que a empresa que gastou dinheiro vai trabalhar para manter o lucro pretendido, inclusive a parcela que será destinada ao Brasil.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) emitiu nota em que considerou os leilões como bem-sucedidos. “A arrecadação de R\$ 6,82 bilhões na 5ª rodada de Licitações de partilha da Produção e a participação de 12 das principais empresas mundiais do setor de petróleo confirmam o grande potencial do país na produção de óleo”, disse a entidade, em nota.

O especialista em políticas e indústria da CNI, Roberto Wagner Pereira, defendeu a participação da iniciativa privada em todos os setores da economia no Brasil. “No caso específico, depois da mudança de regra de partilha, isso gerou a possibilidade de empresas de fora participarem dos leilões”, argumentou. Pereira explicou que são vários os ganhos para o país. “Em primeiro lugar, vamos ganhar com o dinheiro da compra, depois com os investimentos diretos, que são o maquinário, estrutura. Tudo isso prevê mais de R\$ 1 bilhão para ser investido nos blocos”, defendeu.

Ele ainda garantiu que as refinarias terão bastante trabalho com o novo volume de produção que vai vir com a exploração do pré-sal. “Uma boa parte do nosso petróleo é vendido para fora. Isso deve aumentar a escala de exportação do produto. Para a indústria, isso é um ganho muito grande”, afirmou.

Para Queiroz, há uma pressão muito forte no setor para que os leilões aconteçam. “É um lobby muito forte. Você tem um bloco de empresas estrangeiras muito grandes que querem pegar esses campos privilegiados. E do outro lado vem a pressão da estatal”, disse. Ele também afirmou que a Petrobras está descapitalizada e isso fortalece a ideia de que as empresas estrangeiras possam trazer investimentos internos para o país.

*** Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 29/09/2018****Seção: Economia****Autor: Alessandra Azevedo****Título: Conta de luz continua cara**

As contas de luz continuarão com acréscimo em outubro. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem que a bandeira tarifária para outubro continuará no segundo patamar da cor vermelha, o mais caro do sistema. Isso significa que continuarão a ser cobrados R\$ 5 a mais a cada 100 kWh consumidos, o que tem sido feito desde junho.

A falta de chuvas é o principal motivo do encarecimento da energia. A agência explicou que a bandeira continua nesse patamar devido às “condições hidrológicas ainda desfavoráveis” e pela redução no nível de armazenamento de água nos principais reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN). Embora o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), uma das variáveis que determinam a escolha da cor da bandeira, tenha caído, isso não foi o suficiente para uma mudança na tarifa. “Não se vislumbrou melhora significativa do risco hidrológico”, afirmou a Aneel.

O sistema de bandeiras foi criado para sinalizar os custos reais de geração de energia. A bandeira pode ser verde, amarela ou vermelha. A bandeira verde significa que as condições para geração de energia estão favoráveis e não há cobrança extra. No caso da bandeira amarela, há cobrança adicional de R\$ 1 a cada 100 kWh consumidos.

A bandeira vermelha significa que o custo de energia está mais caro, quando as usinas térmicas estão ligadas. Há dois patamares. No primeiro, a cobrança adicional é de R\$ 3 a cada 100 kWh. No segundo, de R\$ 5 a cada 100 kWh. Como a bandeira continua no patamar mais alto, a Aneel alertou para a necessidade do uso consciente e do combate ao desperdício.

MME / ASCOM .